

## Permanências e rupturas – o impacto da industrialização ao sistema educacional de municípios agrários

*The impact of industrialization to the educational system of agrarian cities*

---

**Meire Terezinha Müller**

Mestre e Doutora em História da Educação pela FE – UNICAMP. Professora da FAM – Faculdade de Americana – Americana, SP  
meiremuller@hotmail.com

O presente artigo busca fazer uma análise das permanências e rupturas verificadas no sistema educacional de municípios agrários, quando estes passam por rápido processo de industrialização. Como base para nossa investigação, utilizamos o município de Paulínia, de perfil agrário até a década de 70 quando foi escolhido pela Petrobrás para a instalação da maior refinaria de Petróleo da América Latina.

Como outros municípios da região, as terras onde hoje Paulínia se localiza foram parte de sesmarias concedidas pelo reino de Portugal a pessoas ligadas à história de Campinas, que tinham condições econômicas para desenvolvê-las através da plantação de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café. A localização exata destas sesmarias, porém, é, segundo Pupo (1983) “um problema de difícil solução”. O que se sabe é que a maior parte do local onde hoje está Paulínia teria feito parte de uma sesmaria concedida a João de Barros Pedroso, em 1798, “registrada no Livro de Bens Rústicos Nº. 29, fls. 249, 1798” (PUPO, 1983). Nas palavras de Brito (1972), até o final do século XVIII Paulínia “era um sertão inculto, com flora e fauna exuberantes” (p.24). Essas terras, em 1885 foram compradas pelo republicano Francisco de Paula Camargo, que as batizou com o nome de Fazenda São Bento, para produzir café. Da fazenda, o nome expandiu-se para uma pequena capela, construída em terras doadas pela família do próprio comendador.

Na primeira metade do século XIX, Campinas tornara-se um importante centro abastecedor de toda a região, destacando-se das demais cidades pelo crescimento econômico, político e cultural, em que a cafeicultura representava a

principal atividade econômica. Na década de 60 do século XIX, foi considerada a “capital agrícola da Província” segundo Zaluar (1975). As fazendas e seus proprietários podem ser entendidas como um microcosmo social, pois uniam a força econômica, o poder político e o poder patriarcal, num modelo de autoridade e dominação que permeou todo o século XX e ainda hoje se verifica nas relações sócio-econômicas.

A partir de 1880, houve um intenso movimento entre os “barões do café” campineiros, visando a construção de uma estrada de ferro que viesse facilitar o escoamento da produção agrícola das fazendas, enormemente prejudicado pela presença dos rios Atibaia e Jaguari, que dificultavam sobremaneira a comercialização dos produtos. Esse objetivo foi alcançado logo após a proclamação da República, quando em 1892 José Paulino Nogueira (filiado ao Partido Republicano Paulista - PRP), então Presidente da Câmara Municipal de Campinas<sup>1</sup>, numa tentativa de atender ao pedido de latifundiários, autorizou a municipalidade a contrair um empréstimo de quatrocentos contos de réis para a construção da Estrada de Ferro Carril Agrícola Funilense, unindo Campinas à Fazenda do Funil (que ele mesmo compraria alguns anos mais tarde). Instalada a ferrovia a poucos metros da capela São Bento, completaram-se as condições para o desenvolvimento do agrupamento humano já existente, ratificando o pensamento de Mombeig (1964, p.47) que afirma serem as estradas de ferro “as verdadeiras plantadoras de cidades”. O trecho carroçável da ferrovia foi oficialmente inaugurado em 1899.

A classe trabalhadora da Vila de São Bento, na última década do século XIX, era composta basicamente por camponeses, lavradores, operários da estrada de ferro e pequenos comerciantes, representados por imigrantes (principalmente italianos), caboclos, ex-escravos, brancos pobres agregados e pequenos proprietários – homens livres que haviam conseguido comprar parte das fazendas onde trabalhavam.

A primeira notícia sobre uma iniciativa educacional na vila de São Bento aparece em 1899, com documentos que atestam a presença de duas escolas domésticas: uma, de Maria das Dores Leal de Queiroz e outra de Aurélia Seixas, ambas pagas. Esse tipo de escola era muito comum nas décadas finais do século

---

<sup>1</sup> À época, o cargo de “Presidente da Câmara” correspondia ao de prefeito, criado somente em 1907, pela Lei 1038 (MARTINS, 1998).

XIX, como atestam Faria Filho e Vidal (2000) quando afirmam que “tem-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior à rede pública estatal.” (p.21)

De acordo com o diário de José Seixas de Queiroz, escrito entre os anos de 1871 e 1900 e guardado por seus descendentes, a *Escola dos Seixas* foi criada quando a família se mudou para a vila em 1899, fugindo do grande surto de febre amarela que assolava Campinas e para que ele pudesse trabalhar na estação. A mãe, Maria das Dores, não querendo interromper os estudos dos filhos, passou a dar-lhes aulas, mesmo não sendo professora formada. Percebendo a falta de qualquer iniciativa pública, sentiu a necessidade de também alfabetizar as inúmeras crianças dos moradores das fazendas, filhos dos colonos, lavradores, comerciantes e ferroviários (que haviam chegado com a estrada de ferro). Apesar de não existir nenhum documento onde conste a etnia dos alunos, é possível perceber, nas três fotos da escola existentes no Museu de Paulínia, a presença de 15 crianças negras num grupo de 31, o que indica a apropriação da escola por esse grupo étnico. Pelas fotos, ainda, é possível perceber que as classes eram mistas, estando os meninos e as meninas em fileiras separadas.

A *Escola dos Seixas*, como era conhecida, não era seriada e tinha um programa voltado aos conhecimentos empíricos, necessários à continuidade das relações de trabalho, tanto no lar, quanto nas fazendas. Além dos “rudimentos de gramática, história-pátria e aritmética”, aos meninos eram ensinadas noções de medição de terras, desvio de cursos d’água para monjolos e moinhos, cubicagem de madeira e de areia; as meninas aprendiam corte e costura, bordados, culinária, puericultura e higiene ” (MAZIERO e SOARES, 1999: p. 130).

Acerca das escolas domésticas, o *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, para 1912 informava que, em Campinas, havia mais alunos nessas escolas particulares que nas públicas. Segundo essa fonte, havia 1849 alunos matriculados em escolas da rede pública e 3838 na particular. Nem todas as escolas domésticas eram pequenas, mantidas pelo próprio professor, como a dos Seixas; havia grandes internatos, com curso primário, secundário e profissional (como as escolas alemãs e italianas). Documentos do Museu Municipal de Paulínia comprovam que, ainda em 1912, foram incorporadas à Escola dos Seixas, pelo aumento no número de alunos, as professoras Ambrosina Ferreira Garcia de Andrade e Maria Luísa Salles – ambas filhas de fazendeiros locais –

além da professora Maria Luíza Guerra Sidanez, carioca, negra, casada com um espanhol e proveniente de família operária, o que constitui uma exceção na realidade da época.. Em 1916, documentos atestam que a referida professora foi nomeada, pelo Governo do Estado, adida em uma Escola Isolada, na seção São Bento, o que seria a primeira ação estatal no âmbito educacional no futuro município de Paulínia, confirmando - como afirma Nascimento (1999) que “se, durante o século XIX, predominara no quadro educacional da cidade a oferta de escolas de iniciativa particular, o século XX viu florescer a participação significativa do poder público em relação à educação popular, especialmente com a criação de escolas isoladas e grupos escolares” (p. 106)

Esse “florescimento” do interesse das elites com relação à educação pública deve-se à mentalidade liberal, amplamente divulgada durante o movimento que culminou com a República. No início da Primeira República, a expansão do ensino público fundamental era um princípio liberal que deveria ser levado a cabo de forma universal, sem distinção de classe, etnia, nacionalidade ou crença. A educação é vista, no liberalismo, como pré-requisito ao desenvolvimento econômico, já que se constitui, segundo esse pensamento, em fator preponderante para o desenvolvimento das habilidades dos cidadãos, preparando-os para o mercado de trabalho, gerando forças de produção e, portanto, riqueza. É também considerada elemento indispensável à estabilidade democrática; porém, este amplo sentido democrático, nunca se concretizou, atrelando-se o termo “educação popular” a um tipo de educação destinada às massas trabalhadoras, que não viam sentido na educação escolar. Sob este ponto de vista mais prático, o estado republicano fez uma clara distinção entre ensino secundário e superior (destinado às elites) e o ensino primário e profissional (destinados à população em geral, mas mais especificamente às classes trabalhadoras).

Em 1918, segundo o *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, Campinas possuía 84 escolas isoladas (sendo 56 distritais), com 2626 alunos matriculados. A Escola dos Seixas deixou de funcionar nesse ano, quando o *Anuário* informa que havia em Campinas 28 escolas particulares, sendo 09 na área rural. Em 1921, com a expansão dos Grupos escolares foram criadas as *Escolas Reunidas de José Paulino*, curiosamente instaladas na mesma casa onde havia funcionado a Escola dos Seixas. Protótipo dos Grupos Escolares, as Escolas Reunidas - em número de 23 em 1923 em Campinas - representavam menores custos ao Estado.

A partir da década de 1930 as *Escolas Reunidas de José Paulino* passaram então a se chamar Grupo Escolar de José Paulino; a tentativa de democratização do acesso escolar e a erradicação do analfabetismo haviam criado a necessidade de abertura de grande número de escolas e Grupos Escolares, o que propiciou uma desarticulação da organização física dos prédios, fazendo com que o Governo estadual abandonasse o projeto inicial de construção de verdadeiros “palacetes” para abrigar as escolas e considerasse a possibilidade de instalação de unidades escolares em prédios alugados. No então Bairro de José Paulino, não foi diferente. O casarão onde havia funcionado a Escola dos Seixas e também as Escolas Reunidas, abrigava, em 1936, o Grupo Escolar de José Paulino. Mudava-se a nomenclatura, mantinha-se o prédio alugado por Cr\$ 513,80<sup>2</sup> (conforme a Portaria 154/50 publicada no Diário Oficial do Estado em 03/07/50).

Com relação às questões pedagógicas e administrativas, é interessante verificar o “Livro de registro de títulos, nomeações e licenças” do Grupo Escolar de José Paulino, aberto em 22 de setembro de 1936 pelo diretor José Jorge Filho, contendo anotações de todos os pedidos encaminhados para publicação no Diário Oficial, cuja data era anotada no rodapé da folha, sem, contudo, manter um recorte da referida publicação. Através de sua leitura, percebe-se uma grande semelhança entre os procedimentos metodológicos utilizados nas *Escolas Reunidas de José Paulino* e os das escolas atuais, inclusive com envio de livros pelo Estado para uso das crianças e para a Biblioteca escolar. Nas *Escolas Reunidas*, através de depoimentos de ex-alunos das décadas de 20, 30 e 40, além de anotações da prof<sup>a</sup> Maria Luiza Guerra Sidanez, soubemos serem os livros adotados: “Nosso Brasil” de Hildebrando G. Lima; “Através do Brasil” de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, e as obras de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas que, conhecido em todo o território nacional, não deixou de sê-lo na vila de José Paulino. Há dois exemplares dos livros do Barão de Macaúbas e um volume de “Através do Brasil” em bom estado de conservação no acervo do Museu Municipal de Paulínia. No prólogo de um deles<sup>3</sup>, o autor defende a adoção de livros didáticos como instrumento imprescindível à alfabetização e admira-se de que na Bahia, as crianças aprendiam a ler a partir de bilhetes, cartas (às vezes com péssima caligrafia), recortes de jornais ou processos, muitos indecifráveis aos próprios professores.

---

<sup>2</sup> O equivalente a 1,42 salários mínimos (que era de Cr\$ 360,00 na década de 50, conforme Tabela Macdata Jurídica).

<sup>3</sup> Terceiro Livro de Leituras para uso das escolas brasileiras – Nova edição reformulada e melhorada, 65ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890 de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas

Uma instrução (sem número) publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 05/02/46 apresenta uma relação de livros didáticos que poderiam ser escolhidos para uso em todas as escolas primárias naquele ano, salientando que apenas os livros elencados estavam autorizados. A referida instrução foi complementada por outra em 16/02/46, em que aparecem novos títulos. Salienta essa última que os livros têm o preço “relativamente justo, ao alcance da bolsa escolar”. Estabelece ainda, em seu item 3 que, no caso de a escolha recair sobre algum livro não autorizado, o diretor “determinará nova escolha e promoverá os meios para que o responsável indenize os escolares que tenham feito despesas inúteis”

Nessa mesma instrução aparece uma observação, nomeando outros livros autorizados para a Biblioteca e para uso exclusivo do professor, mas não aos alunos. São eles: *A árvore* – Júlia Lopes de Almeida e Afonso Lopes de Almeida; *Composições escolares*; de A. Pedro Walff; *Heróis Brasileiros* de Miguel Milano; *Poesia no curso primário* de Adelaide L. de Oliveira, Zilah Frota e Marieta Leite; *Pequenópolis* de Mary Buarque. Os preços elencados na lista vão desde Cr\$ 1,50 (*Cartilha do Povo* – M.B. Lourenço Filho e *Na Roça*, de Renato Sêneca Fleury) até Cr\$ 7,00 (*Brasileirinho*, de Ofélia e Narbal Fontes e *Brasil, Minha Terra* de Mário Sete Cr\$ 8,00).

Uma análise da bibliografia indicada nos mostra claramente o pensamento político que vai além da simples orientação para indicação de livros para uso das crianças: o Brasil, a partir de 30 e culminando no *nacional desenvolvimentismo*, vê ressurgir o ufano-nacionalismo que oscila de tempos em tempos, alternando-se com momentos de pessimismo e descrença na nação. No período citado ocorreu um fenômeno a que Corbisier, citado por Castanho (1993) qualifica como “tomada de consciência”, que ocorre “não arbitrariamente nem resulta do capricho de indivíduos ou grupos isolados, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial” (p. 87). A construção da nação dependia da escola, dos livros nela adotados, pois o Brasil “já não era uma ‘coisa’, mas um processo, um projeto a ser realizado com esforço, trabalho e luta” (CASTANHO, 1993, p.77). A escolha dos livros didáticos, portanto, leva à “utilização” da escola como ferramenta divulgadora das ideologias da elite política. Para o ano de 1946, no Grupo Escolar de Paulínia foram escolhidos: para o “primeiro ano” (série inicial), a *Cartilha Sodré*; para o “segundo ano”, *Nosso Brasil*, de Hildebrando de Lima; para as séries subseqüentes, não há anotações no livro de registros.

Do ponto de vista político, desde 1942, Paulínia vinha aumentando a arrecadação de impostos para Campinas devido à implantação de uma unidade da Rhódia para produzir álcool etílico. Devido aos altos impostos que recolhia e atendendo a um movimento popular, a vila de José Paulino foi elevada a Distrito, com o nome de Paulínia, em 1944, através do Decreto-lei 14334.

Nesse mesmo ano, o Diário Oficial do Estado de São Paulo (02/021944) instruía os diretores escolares a tentarem agrupar crianças do mesmo sexo e idade, abrindo-se precedentes apenas quando o número de alunos da mesma faixa etária não fosse suficiente. Para aquele ano, as classes das Escolas Reunidas de José Paulino permaneceram mistas, evidentemente pela pouca demanda.

Outra “homogeneização” das classes foi estabelecida em 05/02/1946 pela Recomendação nº 01 (DOE p.18). A Comissão Técnica do Ensino Primário, através do referido documento, recomendava a formação de classes por agrupamento “homogêneo” a fim de obter “a vantagem dessa medida no que se refere ao rendimento escolar”. As orientações estabelecem que a homogeneização se daria pela aplicação de “testes ABC” desde que houvesse nos grupos escolares “diretores e professores com prática de aplicação de testes em geral e, em especial, dos de Lourenço Filho”. Uma reflexão sobre essa medida sinaliza que, no discurso, esse tipo de classes promoveria um maior desenvolvimento do ensino pela homogeneização das turmas. Porém, sob um outro olhar mais apurado, poderíamos pensar num processo inverso: a seleção por séries pode ser entendida como uma maneira de “agrupar” os alunos levando em conta sua “competência”, de modo a desenvolver com mais facilidade e rapidez as turmas com maiores pré-requisitos. Nesse sentido, agrupar os filhos das elites de um lado e os filhos dos imigrantes (desvinculados à época das fazendas cafeeiras e que começavam a se destacar no comércio e na indústria) e as crianças advindas de comunidades agrárias, poderia levar a desenvolvimentos de currículos diferentes, mais ou menos aprofundados, passando a responsabilidade pelo progresso ou estagnação às próprias crianças.

Em 1948, pela primeira vez, foi eleito um vereador residente no Distrito<sup>4</sup>, sendo sua primeira indicação a construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar. Em 1951, reiterou o pedido através de uma indicação à Câmara Municipal, solicitando que seu pedido fosse enviado ao Governo Estadual,

---

<sup>4</sup> Amerígio Piva.

justificando que “há no Distrito 240 crianças matriculadas no Grupo Escolar, em local inadequado, em prédio que coloca em risco sua integridade física”. Numa localidade com população total de 6.000 indivíduos, 240 crianças representam menos de 5% dos habitantes inseridos no sistema educacional. Levando-se em conta que a área central do Distrito contava com 402 habitantes (levantamento populacional de 1950), os dados nos levam a concluir que os habitantes da zona rural eram minoria na escola localizada na área urbana do distrito. O referido prédio ainda era o mesmo onde havia funcionado a Escola dos Seixas.

Em 1956 o vereador encaminhou novo pedido, desta vez acompanhado de um relatório descrevendo a situação deplorável em que se encontrava o prédio, que já havia sido interditado duas vezes. Em 1957 ele orquestrou a publicação de uma série de artigos reforçando o pedido para construção de um prédio escolar próprio. No dia 21 de agosto, num artigo intitulado “*Paulínia, a esquecida*” o munícipe Mário Erbolero diz que

A reforma do prédio do Grupo “Francisco de Araújo Mascarenhas” está sendo executada em regime “tartarugófilo” pois apenas um pedreiro, sem qualquer orientação superior, vai removendo tijolos daqui para lá, auxiliado por um funcionário do estabelecimento de ensino, improvisado nas funções de servente. (...) O mal que contagia os responsáveis pelas coisas públicas evita que eles sintam o que representa uma escola fechada (...) Viagens, discursos, banquete e homenagens constituem o passatempo dos que deveriam auscultar o povo para lhe oferecer obras concretas e não promessas vãs... (DIÁRIO DO POVO, 21/07/57)

Em 1960, a insatisfação com a administração do prefeito de Campinas, Miguel Vicente Cury, levou um grupo de cidadãos a assinar a nota “Paulínia – até quando estaremos abandonados?”. Considerado como o embrião do movimento emancipatório que se configuraria nos anos seguintes, as reivindicações mobilizaram a população. Na oportunidade, o autor enaltecia as empresas paulinenses que faziam “a riqueza de Campinas”, além de abordar os principais problemas dos moradores: fornecimento de energia elétrica, água, ruas sem asfalto e falta de um posto policial.

Diante da pressão popular, a Câmara Municipal de Campinas autorizou a compra de um terreno de 5463 m<sup>2</sup> e comprometeu-se a construir o novo prédio. Porém, o Grupo Escolar seria construído e inaugurado apenas em 01/03/1962 (MAZIERO e SOARES, 1999, p.137), no início do movimento emancipatório, quando a Câmara de Campinas tentava postergar o momento da cisão política que se estabeleceu apoiado pelo movimento popular denominado “Amigos de Paulínia”.



O processo para se requerer a emancipação de um distrito e conseqüente criação de um novo município era realizado a partir de um plebiscito que decidiria, por votos diretos, o desejo da maioria dos habitantes do local. A autorização para a realização do plebiscito, porém, requeria certos critérios demográficos, econômicos e geográficos explicitados na Lei 82/63. Naquele momento, Paulínia não atendia às exigências, inviabilizando a realização de plebiscito. Porém, os conchavos e os arranjos políticos tiveram um papel preponderante nesse episódio. No período em que foi dada a entrada no processo de emancipação, o Presidente da Assembléia Legislativa era Roberto Costa de Abreu Sodré. Este, em viagem ao exterior, estava sendo substituído pela vice-presidente, Conceição da Costa Neves que revogou a Lei 082/63, fazendo valer a anterior (de 1958) que continha números completamente defasados para a época, aos quais Paulínia se adequava, pois eram bem menos rigorosos. Valendo-se dessa brecha, os moradores, cujo desejo de emancipação havia contagiado a todos, decidiram pelo sim à emancipação, com um índice de 94%, no plebiscito realizado em 1963. Em 28 de fevereiro de 1964, pouco antes do golpe que mudou a história política do país, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicava a Lei 8092, criando o município de Paulínia e orientando a população para as primeiras eleições que, realizadas em 1965, elegeram o candidato único a prefeito José Lozano Araújo (do PSP- Partido Social Progressista), fundador dos “Amigos de Paulínia”.

Em 1965, ano de sua posse, os planos de José Lozano para o progresso e expansão de Paulínia incluíam negociações para a instalação de uma refinaria de petróleo da Petrobrás. Seguiu, assim, a tendência nacional de modernização, forjada desde meados dos anos 50 com a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e refletida nas palavras de Hélio Jaguaribe (apud XAVIER, 1994) que afirmava que as camadas populares eram levadas a acreditar, através de propaganda ideológica, que o processo de desenvolvimento econômico, em parceria com as escolas, era fator preponderante na elevação do seu nível de vida.

Uma onda de exaltação ao novo município logo se fez notar. Em 16/07/1967, sob o título “Paulínia, a maior arrecadação municipal do Brasil” o *Jornal Municipalista* atestava que:

Paulínia é o único município brasileiro que isenta os contribuintes do pagamento de taxa de calçamento, guias e sarjetas, o que demonstra a excelente situação financeira do município (...) a cidade já é toda iluminada a gás de mercúrio, mesmo as novas

artérias não edificadas. As estradas municipais estão recebendo as maiores atenções do governo municipal. (...) referência especial merece o serviço de águas e esgotos de Paulínia, que tem sido apontado como um dos mais completos do Brasil. (...) A rede de esgotos se estende por toda a cidade e foi realizada com recursos exclusivamente municipais, sem verba de origem alguma de origem estadual. (1967, p.03)

A escolarização, entretanto, continuava apenas voltada para as quatro séries iniciais do ensino fundamental, sendo que os alunos que desejassem cursar o “ginasial” tinham que se deslocar para Campinas ou Cosmópolis, limitando a continuidade de estudos já que as despesas com transporte eram grandes. Demonstrando a seletividade no sistema escolar brasileiro, salientamos que, entre as quatro primeiras séries do ensino fundamental e as quatro séries subseqüentes, existia a prova conhecida como “admissão”. Algumas prefeituras, dentre elas a de Paulínia, ofereciam cursos preparatórios ao exame, uma vez que seriam admitidos apenas os que conseguissem as melhores notas. Porém, em Paulínia, mesmo os aprovados não poderiam prosseguir, já que, como afirmamos, havia somente as quatro primeiras séries do ensino primário. Segundo Maziero e Soares (1999, p.138), apesar de existir uma lei desde 1963 que autorizava a instalação de um curso ginasial em Paulínia “nada de concreto havia sido feito até 1968, quando começaram a funcionar três classes de ginásio nas dependências da prefeitura recém-inaugurada”. Essa medida paliativa ocorreu a pedido dos vereadores e sob forte pressão popular. O prefeito cedeu algumas salas do prédio da prefeitura municipal e o mobiliário, criando as condições para que o Estado implantasse o curso ginasial, solicitado por abaixo-assinado da população. Realizado às pressas, o exame de admissão, selecionou apenas 47 crianças, das 107 inscritas (MAZIERO e SOARES, 1999, p.167).

No âmbito político, nesse mesmo período, a construção da refinaria de petróleo em Paulínia foi o resultado direto dos planos de progresso e expansão do capitalismo industrial que se configurava no país. As negociações foram feitas diretamente com o General Artur Candal Fonseca, presidente da Petrobrás. O terreno, comprado da Rhódia, tinha 350 alqueires e foi adquirido pelo valor de Ncr\$ 1.366.642,20. Em 1969, com o anúncio de que Paulínia abrigaria a refinaria, o número de habitantes do lugar deu um salto de 4.413 em janeiro para 12.297 em dezembro, o que nos mostra um primeiro impacto: o crescimento populacional. Em 1970, devido ao período mais sombrio da ditadura militar e da suspensão dos direitos civis e políticos da população, Paulínia foi elevada a município de “interesse da Segurança Nacional” em consonância com as políticas de repressão e autoritarismo do então governo militar.

A REPLAN foi inaugurada em 12 de maio de 1972, com a presença do Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici acompanhado de uma comitiva oficial do governo militar.

Do ponto de vista da educação, porém, começavam as preocupações com o número de vagas para atender a todas as crianças. No panfleto comemorativo ao sexto aniversário da emancipação do município, em 28 de fevereiro de 1970, há uma mensagem do prefeito Amatte aos munícipes com o sugestivo título: “A Educação é minha prioridade”. Porém, numa análise mais aprofundada, podemos perceber que a prioridade era adequar a educação à nova realidade que se apresentava: uma cidade industrializada, sem mão-de-obra específica preparada para compor os quadros funcionais que surgiam. Criaram-se, então, cursos para pedreiros e operadores de indústrias químicas bem como os cursos supletivos, para tentar sanar a falta de escolarização de grande parte da população adulta.

No final da década de 70, com o aumento da oferta de emprego às mulheres surgidos nas áreas de limpeza, lavanderia e alimentação das empresas, houve a necessidade de instalação de unidades de educação infantil que atendessem à demanda formada por filhos de operárias. Em 06 de março de 1971 o município inaugurou dois “Parques Infantis”, um no Bairro São Bento e outro no Bairro João Aranha, “onde as crianças dos 4 aos 7 anos de idade terão horas agradáveis de entretenimento e educação em convivência sadia.” (Jornal ACP de 06/03/1971).

Finalmente, em 1973 foi inaugurado o Colégio Estadual de Paulínia, com a instalação oficial do curso Colegial. Fechava-se o ciclo de escolarização básica após nove anos da emancipação política do município.

Assim, podemos afirmar que a urbanização causada pela industrialização gerou a transformação da mão-de-obra rural, modificada tanto pela implantação da refinaria em si quanto pelas empresas que se criaram no seu entorno, como distribuidoras de combustíveis, tanques, implementos para caminhões e outras.

Fazendo uma análise sobre o sistema escolar do município no período compreendido entre 1949 e 1975 (quando a refinaria estava completamente instalada), verificamos que entre 1949 e 1960 o número de crianças e escolas era estável, com crescimento absoluto de apenas 87 crianças em 11 anos. Concluimos, portanto, que nesse período o crescimento era vegetativo, com períodos inclusive de diminuição no número de alunos. Entre 1961 e 1970,

quando a Refinaria ainda não se instalara mas quando novos habitantes chegavam para trabalhar nas obras da construção, há o aumento súbito, com crescimento de 804% no ensino fundamental (ensino “primário” + “ginásial”) com o surpreendente total de 3.165 alunos, incluindo aí 415 alunos do curso supletivo, criado para atender à população adulta em busca da escolaridade. Em 1975 o total geral de alunos da rede escolar de Paulínia era 4.120 (educação infantil, primário, ginásio e supletivo) o que significa um aumento percentual de 1242% em relação a 1960.

Quanto ao número de escolas, chegamos a 700% (01 unidade até 1960, para 08 em 1970). Se compararmos o período anterior (1960) com o período imediatamente posterior à instalação da Replan (1975), o índice de crescimento no número de unidades escolares atinge a incrível cifra de 1.900% (de 01, até 1960 – para 23 em 1975).

Entretanto, na busca por fontes primárias nas escolas de Paulínia, pudemos constatar que as alterações determinadas pela nova realidade iam muito além do crescimento numérico, surgindo uma mudança significativa no interesse pela instalação de novos cursos, alterações no programa escolar e da demanda, extinção e inclusão de disciplinas que pudessem favorecer o preparo para o sistema ocupacional, reorganizações curriculares, incremento na divisão do trabalho pedagógico e inclusão de professores da cidade.

A industrialização trouxe novas feições ao município, produzindo uma estrutura social complexa. Porém, se nos anos 60, com o avanço da industrialização, o crescimento urbano era exaltado pela imprensa e pelas autoridades públicas, a partir dos anos 70 a ocupação e o uso do solo, fazendo parte da articulação de interesses públicos e privados, acentuaram a especulação imobiliária.

Concluindo, podemos seguramente afirmar que a industrialização mudou substancialmente a realidade educacional do município: de 1899 a 1969 (mais de um século, portanto), havia apenas uma mesma e única escola, ocupando um velho prédio alugado. Com a industrialização, porém, atendendo a pressupostos políticos que estavam presentes desde a implantação da Petrobrás, uma nova escola se instala, voltada agora à preparação de operários que pudessem trabalhar na grande empreitada da produção de petróleo e seus derivados, firmando o modelo capitalista que se instaurara no país. Uma nova escola a cada dois anos foi então implantada, num *crescendo* próprio e peculiar ao sistema

capitalista. Percebemos que essa questão não se restringe, de modo algum, exclusivamente ao município que nos serviu de campo de pesquisa; ao contrário, é o reflexo de um processo que se expandiu no Brasil, desde o último quartel do século XIX quando ocorreu, paralelamente à consolidação da industrialização, o fortalecimento da burguesia urbano-industrial e a preocupação de formar cidadãos-trabalhadores, aptos a enfrentar a nova realidade capitalista.

Constatamos que, modificando toda a comunidade no entorno, a industrialização forçou a escola a se adaptar para suprir suas necessidades (numéricas, de acessibilidade e de conteúdos curriculares), visando a formação de potenciais operários que são levados a crer que o sistema escolar é o trampolim de acesso a funções ligadas à produção industrial e a um novo status social propiciado pelo capital, atrelando-a ao progresso financeiro e ao sucesso profissional individual.

As adaptações no interior do processo da educação na tentativa de corresponder às expectativas do mercado vão se tornar, assim, uma preocupação e objeto de atenção por parte da elite industrial, que via no sistema escolar a resposta a todas às suas expectativas, desde a expansão da formação dos quadros dirigentes das empresas até a profissionalização de trabalhadores do “chão das fábricas”. Nesse panorama, a educação passa a ser entendida como o espaço privilegiado em que se dá não apenas o treinamento dos aspectos técnicos e do aprendizado concernente às necessidades do mercado de trabalho como também o local de transmissão de comportamentos e atitudes considerados adequados ao padrão da sociedade capitalista, com regras próprias de competitividade e disputa por ascensão a cargos mais bem remunerados, o que ratifica e convalida as propostas do liberalismo. O caráter profissionalizante que se dá às escolas de Paulínia, percebido através da análise dos objetivos declarados nos planejamentos escolares após a implantação da REPLAN, encontra eco nas propostas da Confederação Nacional das Indústrias, que visa a “formação do cidadão-trabalhador a partir de processos pedagógicos e métodos didáticos voltados à cultura do industrialismo e da qualidade”, buscando formar um aluno “produtivo, competitivo e competente, imprescindíveis ao exercício da cidadania”

O acompanhamento da evolução do sistema escolar do município de Paulínia, portanto, enquadra-se perfeitamente nesse pensamento, e – por ter ocorrido de modo extremamente acelerado - possibilitou compreender sua alteração que se concretiza na mudança quantitativa cujos números expusemos anteriormente.

Neste pequenos artigo pudemos expor parte de nossa investigação, que, entre várias outras constatações relevantes, aponta que a economia evolui impulsionada pela industrialização, criando novas relações de poder que influenciam e interferem, por sua vez, no desenvolvimento e adequação do sistema educacional, já que o sistema econômico propicia um aumento quantitativo no número de habitantes gerado pela migração da população operária, o que criará demandas de recursos humanos que devem ser preparados pela escola.

Quanto às questões pedagógicas, os objetivos educacionais passam a levar em conta a formação do operariado “capaz de transitar com desenvoltura numa sociedade voltada à produção industrial e ao capital”.

---

**Resumo:** O presente artigo disserta sobre o impacto que o capitalismo industrial e a instalação de empresas acarreta ao sistema escolar de municípios agrários. Utilizando a cidade de Paulínia como campo de observação, a investigação debruçou-se sobre fontes primárias e secundárias, analisando as relações que as empresas, o capitalismo industrial e a escola estabeleceram quando da implantação da Refinaria da Petrobrás, naquele município, no início dos anos 70. O aumento do número de unidades escolares, da demanda e da democratização da escola demonstra não só a importância que ganha o sistema escolar com o advento da industrialização como também fornece importantes dados sobre a migração intensa que se desencadeia no período, para concretizar a instalação da refinaria. Essa migração carrega em seu bojo toda uma mudança no padrão de acumulação, na questão fundiária, no aumento dos preços de bens móveis, imóveis e aluguéis, bem como no interesse desencadeado pelas camadas populares com relação à educação, visando o ingresso no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** industrialização; educação regional; Petrobrás e educação.

**Abstract:** This article talks about the impact that the industrial capitalism has caused to the agrarian counties' school system. The municipality of Paulinia is used as a paradigm. The investigation uses primary and secondary sources, through the analysis of the relationships that the industrial capitalism and the school have established at the time of the Petrobrás Oil Refinery settling, in the early seventies. The increase in the number of schools, the requirement for them either and the school democratization demonstrate by themselves, not only the importance of education has reached with the arrival of the industrialization, but also provide important data about the massive migration at the time, due to the Oil Refinery settling. The outcoming of this migration brings a whole change to the accumulation patterns, to the agrarian point and increase of prices related to wealth, such as real estate, house rent, a.s.o. The popular social stratum becomes interested in education as a means to get into the market-work.

**Keywords :** industrialization and education; education and Petrobrás; regional history of education.

## Referências

- Anuário do ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Directoria Geral da Instrução Pública, 1912 a 1940.
- ANDRADE, Flávio Anício A formação do “Cidadão trabalhador”: Educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo” in NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org) Educação e política no limiar do século XXI. Campinas, SP Editora Autores Associados, 1999.
- BRITO, Jolumá. História da cidade de Paulínia. 3 vol. Editora Resenha Tributária : São Paulo, 1974.
- \_\_\_\_\_ História da Cidade de Campinas. 32 v. Campinas, Saraiva, 1956-1969.
- CASTANHO, Sérgio Política cultural : reflexões sobre a separação entre educação e a cultura no Brasil. Campinas : Unicamp – dissertação de mestrado, 1980.
- MARTINS, José Pedro Soares. Câmara em foco – os duzentos anos do poder legislativo em Campinas. Campinas, SP: Editora Favaro e Fernandes, 1998.
- MAZIERO, Maria das Dores S. e SOARES, Meire Terezinha Muller – Paulínia: dos trilhos da Carril às Chamas do Progresso. Paulínia, SP: Unigráfica, 1999.
- MOMBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros em São Paulo. São Paulo : Hucitec, 1964.
- NASCIMENTO, Terezinha A.Q.Ribeiro [et al] Memórias da Educação: Campinas, 1850-1960 Campinas, SP: editora da UNICAMP, Centro de Memória, 1999.
- PUPO, Celso Maria de Mello Campinas, município no império: fundação e constituição; usos familiares; a morada; sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo : Imprensa oficial do Estado, 1983.
- XAVIER, Maria Elisabete, RIBEIRO, Maria Luisa e NORONHA, Olinda Maria História da Educação: A escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.
- ZALUAR, A.E. Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861). São Paulo, SP: EDUSP, 1975

Recebido em outubro de 2010

Aprovado em novembro de 2010